

Curta-memória: violência social, repetição e estéticas do trauma

Amanda Fernandes Franco¹

RESUMO

Este artigo discute as relações existentes entre violência social, trauma e repetição, levando em consideração fragmentos da cultura, como é o caso de obras que testemunham memórias a partir de contextos de violência. As construções estéticas parecem ser instrumentos potentes de resistência ao se articularem a um paradigma ético e político que visa lançar luz e ampliar a discussão em torno de violências cotidianas. Neste artigo é abordada, mais especificamente, a violência contra a população negra de forma a interrogar o lugar da psicanálise diante da dimensão sociopolítica do sofrimento.

Palavras-chave: Psicanálise e estética. Memória coletiva. Trauma e repetição. Racismo.

1 CATÁSTROFES COTIDIANAS E OS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO

“Descubro-me no gesto absurdo, porque sou, no fundo, absurdo, e vivo minha vida em tal gesto absurdo, porque viver é coisa absurda.”

(Vilém Flusser)

¹ Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: amanda.fernandes.f@gmail.com.

“Escrever apesar do desespero. Não: com desespero. Que desespero, eu não sei, não sei o nome disso.”

(Marguerite Duras)

A modernidade trouxe consigo uma nova definição de catástrofe: esta não estaria mais restrita a abranger eventos trágicos e raros que se dariam em universos longínquos, mas se estenderia a acontecimentos impregnados nas próprias vivências cotidianas (SELIGMANN-SILVA, 2000). Assim, o sujeito moderno estaria exposto aos choques e embates com o real de maneira sistemática. Algo como o que Guimarães Rosa traduz e marca do início ao fim de sua obra, *Grande sertão: veredas*: viver é muito perigoso (ROSA, 2006).

A partir dessa nova noção de realidade, o modo como entendemos os modelos de representação é diretamente impactado, e tais modelos são alçados, muitas vezes, ao estatuto do impossível (SELIGMANN-SILVA, 2000). O real enquanto impossível, como algo que não cessa de não se escrever, como já traduzia o famoso aforismo de Lacan (1972-1973). De acordo com Seligmann-Silva (2000), essas novas configurações teriam em seu centro a *Shoah*, a catástrofe por excelência. A partir dessa vivência, que teria acentuado em toda a sua crueza o caráter destrutivo do humano, novas formas de pensar a escrita e a transmissão de eventos inundados pelo horror se fariam necessárias.

Freud (1920), percebeu a necessidade de mudanças em sua teoria ao escutar combatentes que voltavam da Primeira Grande Guerra com sua capacidade narrativa consideravelmente reduzida e sonhos de angústia que os lançavam de volta à cena traumática repetidas vezes. Tais sonhos em nada se assemelhavam a uma realização de desejos:

Aqui seria, então, o lugar de admitir pela primeira vez uma exceção à tese de que o sonho é uma realização de desejo. [...] Eles obedecem antes à compulsão de repetição, que na análise, de fato, é

favorecida pelo desejo (encorajado pela “sugestão”) de evocar o que foi esquecido e reprimido (FREUD, 1920, p. 196).

Christian Dunker (2017, p. 12), em texto de apresentação do livro *Sonhos no Terceiro Reich*, diz que os sonhos coletados durante o regime nazista “[...] apenas ressoam e testemunham como a falta de sentido experimentada na vida social ordinária era tratada pela falta de sentido dos sonhos [...]”. O absurdo dos sonhos também refletia, nesse caso, o absurdo do real que emergia na realidade experienciada.

Se a forma como sonhamos é a maneira como tratamos o real da política com nossas próprias divisões subjetivas, a forma como enlouquecemos é o modo como tratamos politicamente o real de nossa divisão subjetiva. Sonho e loucura não são acontecimentos individuais e privados, mas experiências intervalares entre o individual e o coletivo, entre o público e o privado (DUNKER, 2017, p. 17).

Sobre a falta de representação do evento trágico, Ana Costa (2018, p. 151) afirma que “A fratura não tem resolução, mas ela pode ser propulsora de algo em comum numa transmissão.”, ou seja, não há como abolir as lacunas, porém o compartilhamento de memórias pode introduzir um algo a mais em uma experiência coletiva, novos sentidos capazes de contribuir para uma interrupção em cadeias meramente repetitivas. Segundo a autora, os acontecimentos sociais também são presididos pelas mesmas contradições que regulam as lógicas individuais e, por isso, estão sujeitos a repetições que causam sofrimento.

Fanon (2008, p. 124), em seu escrito *Peles negras máscaras brancas*, a esse respeito afirma que, “De vez em quando, dá vontade de parar. É duro investigar sobre a realidade. Mas quando alguém mete na cabeça que quer exprimir a existência, arrisca não encontrar senão

o inexistente.”. Sobre essa tentativa incessante de dar contorno ao informe, Seligmann-Silva (2000) afirma que só pode levar o sujeito a um estado melancólico, de inatividade profunda. Sendo assim, como dar contorno a uma experiência sem limites e, ao mesmo tempo, evitar ficar cativo de uma posição melancólica que insiste em nomear o inominável?

Brauer (1994), retomando Lacan, pontua que a linguagem serve tanto para nos fundamentar no Outro, ou seja, para nos dar um lugar simbólico, como para nos impedir radicalmente de entendê-lo. Elie Wiesel, sobrevivente de Auschwitz e escritor da trilogia-testemunho *Day, Night, Dawn*, exemplifica de maneira bastante lúcida essa passagem neste recorte feito por Seligmann-Silva (2000, p. 79): “Eu não contei algo do meu passado para que vocês o conheçam, mas sim para que vocês saibam que vocês nunca o conhecerão.”. Tal parece ser o paradoxo fascinante imposto pelo testemunho, tomado como algo que se funda na sua própria impossibilidade. No entanto, a impossibilidade dessas situações-limite parece residir na representação da coisa em si — o horror, em essência —, o que não impediria a palavra de fornecer contorno e sustentação ao trágico. A verdadeira tragédia, para Dunker (2017, p. 25-26), é o fato de que muitas vezes optamos por recuar diante do que seria um ato contingente, “[...] com nossa crença na impossibilidade de transformação, com nossa inépcia covarde diante do real [...]”.

Miriam Debieux Rosa (2015, p. 88), retomando Žižek, menciona que, com relação à ética da psicanálise, «É preciso arriscar o ato sem garantias.”. Lacan (1959-1960, p. 362), por sua vez, afirma que “É sempre por meio de algum ultrapassamento do limite, benéfico, que o homem faz a experiência de seu desejo.”. Nesse sentido, toma-se o ato estético como uma espécie de ultrapassamento, partindo de uma vivência estritamente individual rumo a um relançamento desejante que, enquanto aposta, espera-se que possa ressoar e ser amplificado pelo social, tomando, assim, proporções éticas e políticas. A literatura

acerca das grandes catástrofes é bastante extensa; ainda hoje, ela é marcada pelos períodos de guerra — principalmente a Segunda Guerra Mundial —, tomados como o ponto máximo no qual se teria desvelado a força destrutiva do pulsional. Porém, é preciso lembrar que o início da colonização e da escravização dos povos remonta a um período bastante anterior. O que esse “esquecimento” poderia nos revelar?

2 SOBRE A MEMÓRIA INDIVIDUAL E A MEMÓRIA COLETIVA: NOVOS VELHOS EMBATES EM CENA

*“Capangas armados estão à procura
Escravos apoiam meu ato de loucura
Fugido eu tô correndo pela mata
Na pele eu levo a marca da tortura
[...]
Liberdade por aqui ninguém traz
Sim senhor, não senhor não satisfaz”*

(Rincon Sapiência)

*“Primeiro cê sequestra eles, rouba eles, mente
sobre eles
Nega o Deus deles, ofende, separa eles
Se algum sonho ousa correr, cê para ele
E manda eles debater com a bala que vara eles”*

(Emicida)

No campo social, as questões relativas à memória tornam-se ainda mais complexas, pois as memórias coletivas podem ou não ser reconhecidas, a depender das relações de poder existentes. Dessa forma, as memórias podem ser pensadas em duas categorias: as ditas “oficiais” — memórias nacionais, que implicam um senso de coesão e pertencimento a determinado grupo ou cultura — e aquelas que o sociólogo Pollak (1989) caracteriza como memórias “subterrâneas”, que são constituídas pelos grupos à margem. Nas palavras de Pollak

(1989, p. 4), a memória oficial “[...] acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.”

Em situações de crise, no entanto, as memórias “subterrâneas” — que costumam manifestar-se somente de maneira lateral, silenciosa, quase imperceptível, por meio das narrativas transmitidas oralmente de uma geração a outra — entram em disputa de forma brusca, demandando novos espaços de inclusão e reconhecimento. Trava-se assim um embate histórico-político que desvela um passado opressor no que tange à relação entre sociedade englobante e grupos marginalizados; nesse passado, ficou restrita a determinados grupos de poder a decisão sobre quais memórias eram dignas de destaque e quais seriam silenciadas. Tal cenário aponta também para a precariedade constitutiva da memória em todos os seus tensionamentos e contradições, assim como para a sua promessa de renovação constante (POLLAK, 1989). A historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz (2010, p. 93), retoma o filósofo Walter Benjamin para lembrar que se engana “[...] aquele que pensa que o que a história faz é narrar. Ela é antes matéria para esquecimento e seleção.”

Pollak (1992) admite que, como determinadas memórias não conseguem adentrar os espaços políticos, elas acabam por se multiplicar nas diferentes vozes da cultura e das produções estéticas, assim como da religião. O mesmo autor reconhece uma relação entre a memória e a identidade social ao sugerir que não só os acontecimentos vividos pessoalmente são capazes de adquirir força traumática, mas também aqueles que denomina “vividos por tabela”, ou seja, aqueles eventos que sucedem a um grupo ou coletividade à qual determinada pessoa sente pertencer. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” (POLLAK, 1992, p. 201). Isso é devido a um mecanismo de identificação a grupos que passaram por situações que nem mesmo constituem-se no espaço-tempo do sujeito e, portanto,

não poderiam ser presenciadas diretamente por ele. Essa lembrança por vezes se apresenta de maneira tão intensa que, segundo o autor, seria possível pensar em uma memória herdada ou ainda na transmissibilidade geracional do trauma via mecanismos identificatórios. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, p. 204). Tal organização pode facilmente virar ideologia ao reproduzir, como lembrança, somente aquilo que interessa a alguns grupos específicos. Um dos principais problemas da memória coletiva apontados por esse autor é que ela, no geral, só é efetivamente reconhecida se contar com pontos de apoio nas memórias individuais; por isso mesmo, é fundamental que diferentes narrativas possam se fazer presentes e ocupar o espaço público.

Miriam Rosa (2015) lembra que a psicanálise não se ocupa tanto do fato em si, mas dos desdobramentos subjetivos a que ele leva, assim como das marcas do que não foi passível de representação, ou então, simplesmente, do que foi encoberto por uma visão imaginária e fechada em si mesma. Com isso, a história, para além de meros fatos e datas, é tomada como trama de sentido, é constituída a partir da palavra revestida de valor testemunhal.

No que tange ao testemunho, muito se fala sobre os silêncios, as fraturas e o indizível da experiência. Portelli (2010), por outro lado, sustenta que os “excluídos” têm, sim, voz, mas não há ninguém que os escute. Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, consegue antecipar, por meio do relato de um sonho recorrente de angústia, algo sobre o encontro por vir, a necessidade de contar e o repúdio ou indiferença dos que escutam:

É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha

irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio. Nasce então, dentro de mim, uma pena desolada, como certas mágoas de infância que ficam vagamente em nossa memória; uma dor não temperada pelo sentido da realidade ou a intromissão de circunstâncias estranhas, uma dor dessas que fazem chorar as crianças. [...] desde que vivo aqui, já o sonhei muitas vezes, com pequenas variantes de ambiente e detalhes. Agora estou bem lúcido, recordo também que já contei o meu sonho a Alberto e que ele me confessou que esse é também o sonho dele e o sonho de muitos mais; talvez de todos. Por quê? Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam? (LEVI, 2013, p. 60).

Portanto, para além de proporcionar um espaço que mobilize um maior senso de implicação e protagonismo desses sujeitos, há que se pensar qual o lugar possível que reservamos para uma escuta igualmente ativa dessas falas — com todas as suas hiências e angústias. “Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, [...] mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia.” (PORTELLI, 2010, p. 3).

3 TRAUMA, REPETIÇÃO E (IN)VERSÕES ESTÉTICAS

“Que tudo permaneça o mesmo: essa é a catástrofe.”

(Walter Benjamin)

“[...] pra que amanhã não seja só um novo ontem com um novo nome.”

(Emicida)

Freud (1917), em suas *Conferências introdutórias à psicanálise*, pronunciadas em meio a um contexto de guerra, descrevia as neuroses traumáticas como pontos de fixação a uma cena passada que teria extrapolado as condições de elaboração psíquica de determinado sujeito por possuir carga afetiva demasiado intensa. Dizia ele: “É como se os doentes jamais tivessem superado a situação traumática, ou seja, como se essa tarefa ainda se apresentasse diante deles, atual e intacta [...]”, insistindo tanto por meio de sintomas e inibições quanto em sonhos de angústia (FREUD, 1917, p. 367). O trauma, assim, poderia ser pensado como uma ferida na memória que persiste em sua literalidade assombrosa (SELIGMANN-SILVA, 2000).

Para que algo de um trabalho psíquico possa operar, a literalidade do acontecido precisa ser alçada aos processos de linguagem — metáfora e metonímia —, de modo que possa adentrar as redes de representação do sujeito (COSTA, 2018). Nesse sentido, “[...] o testemunho deve ser visto como uma forma de esquecimento, uma ‘fuga para frente’, em direção à palavra e um mergulhar na linguagem [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 90). O testemunho oral e o testemunho via arte surgem como ferramentas potentes para desequilibrar o instituído e inserir um movimento instituinte e criativo que leve em consideração os esquecimentos e os esquecidos pelo caminho. Pollak (1989) confere às produções cinematográficas o estatuto de suporte privilegiado para a transmissão de memórias, uma vez que essas produções conseguem concentrar em si não só as capacidades cognitivas, mas também as emoções. Dessa forma, “O ‘filme-testemunho’ e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional.” (POLLAK, 1989, p. 12). Mas e quando a cena traumática segue se atualizando incessantemente no laço social, na realidade compartilhada, no tombamento dos mesmos corpos de sempre? E quando um passado coletivo não pode ser elaborado porque, justamente, recalçado?

O trauma exerce, por vezes, efeitos paralisantes, levando frequentemente a um desinvestimento massivo tanto no presente quanto no futuro (FREUD, 1917). Isso ocorre devido à produção interna de um enorme contrainvestimento que tenta responder às grandes quantidades de estímulo que invadem o psiquismo desde fora (FREUD, 1920). No seguinte trecho, Fanon (2008) testemunha de forma poética o impacto das formas de não-reconhecimento que acabam por potencializar os aspectos traumáticos de determinada cena: “Quis me levantar, mas um silêncio sem vísceras atirou sobre mim suas asas paralisadas. Irresponsável, a cavalo entre o nada e o infinito, comecei a chorar.” (FANON, 2008, p. 126). Tal experiência, em que o silêncio impera, está longe de constituir-se como fenômeno isolado; ela se faz presente com uma força arrebatadora nas diferentes formas e vozes oferecidas e sustentadas pela cultura: músicas, produções audiovisuais, literatura etc. Quão afinados estamos para escutar esses apelos que revelam as cruzeiras e desordens do social? Seria a dificuldade de se indignar e reagir, tão característica do povo brasileiro, um sintoma de nosso passado traumático, escravocrata e colonial? E, se sim, como romper com essas amarras?

Freud (1917) sugere que as amnésias possuem estreita relação com a formação de sintomas e, por isso, um trabalho que aposte na reconstituição de memórias pode ser um caminho alternativo às exaustivas repetições sintomáticas, já que geralmente não se trata de uma amnésia verdadeira, mas sim de um “apagamento programado” – de uma suspensão na cadeia associativa. “O inconsciente é esse capítulo da minha história marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado.” (LACAN, 1953, p. 260). A psicanalista Miriam Debieux (2015) também lembra o quanto o discurso social é capaz de capturar e envolver o sujeito em suas redes de poder, levando-nos, enquanto clínicos, a nos confrontarmos com a chamada “clínica do traumático”. A psicanálise, assim, opera nesses contextos, a partir de processos de historização do laço social em determinados

grupos sociais, ao resgatar a memória na e pela experiência, ocasionando uma travessia rumo à constituição de um sujeito desejante e, conseqüentemente, ao desmonte da engrenagem de discursos alienantes que se pretendem totalitários.

A arte, como dito anteriormente, parece dispor de meios privilegiados para fazer frente a situações em que as palavras, muitas vezes, não alcançam. O impacto e a violência das imagens — no caso das produções audiovisuais — rompem com a concepção ingênua de uma suposta unidade das formas de ser e estar no mundo. Além disso, como afirma Costa (2018), a arte possibilita uma saída coletiva. A mesma autora nos lembra de um dito popular que está sustentado por uma verdade: “O povo tem memória curta”, o que faz com que nos movamos, irremediavelmente, pela repetição, não querendo saber nada sobre determinados assuntos ou, ainda, assumindo uma posição que exprime um saber, porém desimplicado. Freud (1937) afirma que o objetivo do trabalho analítico é suspender os recalques, ou seja, apontar e fazer ver o que nem sempre se está muito disposto a encarar. Afinal, os sintomas e inibições nada mais seriam do que uma consequência desses recalques, ou seja, uma substituição do que foi previamente esquecido (FREUD, 1937). Essa é a tarefa analítica por excelência. Como poderia ser diferente no que se relaciona ao campo do social?

Estamos tratando com uma questão [racismo] fechada, terreno proibido, sumamente perigoso. Ai daqueles que desfaziam as leis deste segredo! Pobres dos temerários que ousarem trazer o tema à reflexão ou mesmo à análise científica! Estarão chamando a atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta (NASCIMENTO, 2016, p. 52).

A proposta deste breve escrito é operar um giro discursivo que tome a memória curta e a transforme — buscando uma saída ética,

estética e política — ao dar protagonismo ao *curta-memória* e a outras linguagens estéticas que possibilitem o reconhecimento de grupos historicamente excluídos. Este ano, o curta-metragem *Dois estranhos*, dirigido por Travon Free e Martin Desmond Roe, ganhou visibilidade internacional ao conquistar o Oscar em sua categoria e ser capaz de desvelar, em toda a sua crueza e estranheza familiar, as memórias subterrâneas que sustentam nossos alicerces. Dito isso, o propósito aqui não será fazer uma exegese das produções estéticas apresentadas, mas, sim considerar diferentes fragmentos de imagens e narrativas que circulam na cultura e que se articulam com alguns dos pontos teóricos levantados por este trabalho.

O curta *Dois estranhos* denuncia o aspecto repetitivo e mortífero do encontro entre um sujeito negro, Carter, e um policial branco americano que parece encarnar os valores culturais conservadores de uma nação. O policial afirma ter conquistado o sonho americano completo: esposa, três filhos, cachorros. Tornou-se policial por avaliar que o país estava “se perdendo”, que as pessoas já não demonstravam mais respeito pelas leis, pela ordem.

A cada vez que Carter tenta voltar para casa, dá-se um novo encontro, uma nova morte, apesar de todas as tentativas e estratégias de prevenção cuidadosamente adotadas. A cada morte, um novo início na mesma cena, que vai intensificando cada vez mais a sensação de que se está preso em um *déjà-vu* eterno. A cada nova repetição, o personagem acorda com a mesma montagem, cada vez mais frustrado e consciente; já se sabe cativo do mesmo enredo, mas, ao mesmo tempo, não consegue romper com ele. E morre, segue morrendo ainda e de novo. Agora tenta sem o casaco, sem a mochila, esconde o dinheiro, fica onde está, usa o humor, corre e morre vez após vez. A cena da “última” morte escancara o corpo estendido no chão, representando todo um continente que é delineado e representado a partir de seu próprio sangue. A cada nova intervenção por parte da polícia, se escutam gritos que demandam obediência e submissão e que fazem

referência a uma política de Estado regida pelo necropoder. Tal política se utiliza de meios arbitrários que implicam uma espécie de expectativa de concordância passiva do sujeito interpelado, podendo também acarretar em morte (MBEMBE, 2018).

O curta foi lançado em 2020 e faz referência, entre outras, à morte de George Floyd, assassinado no mesmo ano pela polícia americana, que trouxe novamente à tona as barbáries cometidas cotidianamente contra a população negra em todo o mundo. Também em 2020, foi lançado no Brasil o longa *M8 – Quando a morte socorre a vida* dirigido por Jeferson De, que retrata o percurso de Maurício, um jovem negro cotista que passou no vestibular de medicina de uma prestigiosa universidade pública do Rio de Janeiro. A história se passa no laboratório de anatomia; Maurício, o único estudante negro da turma, se depara com os cadáveres, também negros, e se interroga, a partir dessa cena, sobre o fato de seu corpo ter muito mais em comum, no ambiente acadêmico, com aqueles dos cadáveres indigentes e manipulados do que com o de seus colegas – em geral, brancos, ricos e moradores da zona sul, enquanto Maurício é negro, pobre e vindo de uma zona periférica.

Para Hooks (2017), as diferenças entre as classes sociais ainda são pouco abordadas, porém o silêncio acerca dessa temática parece ser ainda mais ruidoso nos contextos educacionais. Sobre sua experiência pessoal, a autora diz que muitas vezes se sentia encorajada a trair suas origens de classe. Ela escreve: “Recompensados se decidíssemos nos assimilar, excluídos se preferíssemos conservar aqueles aspectos do nosso ser, alguns de nós éramos vistos, com demasiada frequência, como corpos estranhos.” (HOOKS, 2017, p. 241).

A cena inicial do filme mostra Maurício entrando no laboratório de anatomia; o ambiente é escuro e ele está só. Aproxima-se do corpo a ser dissecado e se depara com seu próprio corpo no lugar do morto. Então, acorda assustado no meio da noite. A partir daí, uma série de sonhos são desencadeados, retratando sempre o encontro com o ca-

dáver. Tais sonhos, que retornam invariavelmente à situação do trauma, “[...] buscam lidar retrospectivamente com o estímulo, mediante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornara-se a causa da neurose traumática.” (FREUD, 1920, p. 194). Em determinada cena, Maurício está no corredor da universidade com seus colegas, prestes a entrar no laboratório. Ele entra antes dos colegas e as luzes se apagam; está novamente sozinho no laboratório escuro: ele, o corpo e o bisturi na mão. Ao aproximar-se do cadáver, reconhece seu próprio corpo e acorda assustado no meio da noite mais uma vez. No dia seguinte, a mesma cena na universidade: está com os colegas no corredor, se repetem as mesmas falas e a sequência do sonho. Maurício observa tudo com certo grau de estranhamento, percebe a repetição. Os colegas entram na sala, mas dessa vez ele entra por último e a aula segue.

Ao longo da trama, mães e familiares de jovens negros desaparecidos protestam com cartazes e fotos em uma praça do centro da cidade. Maurício, intrigado com aquelas vozes dissonantes, empreende uma nova jornada: é feita toda uma árdua tentativa de nomeação e inscrição daquele corpo anônimo, que, por fim, acaba por ser enterado — apesar da contrariedade inicial da universidade —, passando a representar, no ritual fúnebre, tantos outros que se foram sem deixar rastros e que são nomeados um a um pelas famílias que protestavam cotidianamente na praça sem serem escutadas.

Nesse sentido, as duas produções, *Dois estranhos* e *M8 – Quando a morte socorre a vida*, se aproximam ao apontar para a urgência de nomear. “Digam seus nomes” é como se encerra o primeiro curta, que lista uma série de pessoas negras brutalmente assassinadas pelo Estado. Ao final de *M8*, destaca-se que a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil e que muitos jovens seguem desaparecidos. O corpo perseguido e morto do jovem Carter representa toda uma nação. O corpo morto do indigente em *M8* passa a representar o nome daqueles tantos esquecidos. Dar nome, assim, também é um ato de memória e resistência.

4 VIOLÊNCIA À BRASILEIRA: A PELE NEGRA COMO PELE ALVO

*“Sonho, corrosão, migalhas são
como assim bala perdida?
o corpo caiu no chão”*

(Criolo)

*“E eu corro, pra onde eu não sei;
Socorro! Sou eu dessa vez.”*

(Mulamba)

De acordo com relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2019 oito em cada dez mortos pela polícia no Brasil eram negros. Destes, 99% eram homens e três a cada quatro eram jovens com idades entre 15 e 29 anos. “É cruel perceber, na prática, que as vítimas de todos os lados desse confronto, que não faz o menor sentido, são as mesmas. Entre os policiais e entre a população como um todo nós estamos matando negros”, afirmou Renato Sérgio de Lima, presidente do FBSP, em entrevista ao UOL de São Paulo (DIAS; ADORNO, 2020, *on-line*).

Quando se trata de pensar no surgimento histórico de relatos de terror modernos, é impossível não passar pelo tema da escravidão, considerada pelo filósofo Mbembe uma das primeiras manifestações de experimentação biopolítica. O mesmo autor afirma que a condição de escravo resulta de uma tripla perda: “[...] perda de um lar, perda dos direitos sobre seu corpo, perda de estatuto político [...] [o que] equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade).” (MBEMBE, 2018, p. 27). O fato de não sermos capazes de constituir uma memória coletiva que traga à luz as atrocidades cometidas contra a população negra neste país lança esses sujeitos a um abismo de violência cotidiana desmedida, e o objetivo de tal violência é, entre outros, fazer calar, recalcar essas vozes-memória e lançá-las novamente aos confins

do submundo, para que assim possamos conviver alegremente com a nossa insuspeita e suposta democracia racial. Porém, o alvo segue sendo o mesmo. E isso se repete. Schwarcz (2010, p. 74) defende que a desmemória da escravidão é tema recorrente no Brasil e que acaba por justificar o caráter excepcional das situações de violência ao desarticulá-las de um passado não devidamente integrado e assumido: “[No Brasil] nunca se apagou essa característica de praticar uma certa discriminação encoberta, escondida, mas igualmente eficaz.”

A necropolítica está intimamente relacionada ao tema do racismo, já que, no desenvolvimento do pensamento e das práticas políticas do Ocidente, a raça foi utilizada como uma forma de desumanizar os povos estrangeiros e justificar a sua exploração (MBEMBE, 2018). A alteridade, nesse sentido, porta em si um signo que atribui ao outro uma condição inferiorizada, selvagem, indigna. Agamben (2010) reúne os modelos de poder descritos por Foucault de forma a caracterizar um resto humano decorrente dessa operação de exclusão; tal resto, ele denomina *vida nua*. O princípio fundamental é de um sujeito que estaria jogado em uma zona de indiferenciação “entre humano e não humano”, “cidadão e refugiado”, “vida qualificada e vida sem qualquer valor” (ARÁN; PEIXOTO JUNIOR, 2007). Assim, sua existência pode ser tomada como passível de aniquilação sem que com isso se cometa crime.

Apesar de os negros terem se diluído em uma série de culturas diferentes, “[...] onde quer que vá, o preto permanece um preto.” (FANON, 2008, p. 149) — por esse motivo, não tem como se esconder e se proteger. Diferentemente de outros grupos, seu estigma está na sua pele: é declarado, é alvo. Sobre a sistemática repressão policial e seu caráter racista, Gonzalez (1984, p. 231) pontua que se trata de uma forma de instaurar a submissão por meio do medo: “[...] mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária [...]”.

Assim, o poder, geralmente legitimado pelo Estado, trabalha para produzir condições de exceção, de emergência, que justificariam o direito de matar aqueles que foram produzidos como seus inimigos fictícios. A percepção de que existe um outro que é um potencial risco para a minha vida e que deve, portanto, ser eliminado acaba por reforçar um imaginário de soberania (MBEMBE, 2018). Dunker (2015) caracteriza esse mesmo funcionamento como a *lógica do condomínio*, ou seja, o que está do lado de dentro e que condiz com meus valores e meu próprio narcisismo é assegurado e defendido por muros que me protegem da intrusão dos indesejáveis. “Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado [...]” (MBEMBE, 2018, p. 59-60).

O filósofo e historiador da arte Didi-Huberman (2011), em seu texto sobre a sobrevivência dos vagalumes, apresenta seu entendimento a respeito do tema do genocídio cultural, abordado por Pasolini na década de 1970. Pasolini, citado por Didi-Huberman (2011), trata o tema nestes termos: fascismo verdadeiro, que teria como alvo o extermínio dos valores, almas, linguagens, gestos e corpos do povo. Abdias Nascimento (2016), escritor, artista e ativista, sustenta que historicamente, no Brasil, duas das maneiras mascaradas de genocídio da população negra são, justamente, as estratégias de branqueamento da raça e de embranquecimento cultural. O dilema que se impõe para a população negra, de acordo com Fanon (2008), seria então o de branquear ou desaparecer. Fanon (2008, p. 120) também faz menção a essa forma de extermínio do colonizador ao tratar dessas vozes tão frequentes que insistem que o sujeito “Deixe pra lá sua história, [...] deixe suas pesquisas sobre o passado e tente adaptar-se ao nosso passo.”.

Para Lélia Gonzalez (1984), o racismo sistematiza a sintomatologia que melhor representa a neurose cultural brasileira ao construir — como qualquer neurótico — estratégias de ocultamento, porque isso

lhe confere certos benefícios e é capaz de aplacar a angústia que sofreria ao se confrontar com o que é da ordem dos conteúdos recalcados. “E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala.” (GONZALEZ, 1984, p. 227). De acordo com a mesma autora, o mito da democracia racial reina no Brasil operando uma série de dissociações e violências simbólicas, tais como as que se registram contra a mulher negra – endeusada no carnaval e transfigurada em empregada doméstica no cotidiano (GONZALEZ, 1984).

O mal-estar na cultura, para Didi-Huberman (2011), não seria a designação dos contornos da máquina totalitária, e sim a crença na sua veracidade completa e sem falhas, assim como na sua vitória permanente. Para ele, render-se aos encantos e caprichos da máquina “É ver somente a noite escura ou a ofuscante luz dos projetores. É agir como vencidos: é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada.” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 42). Segundo o autor, aí mesmo é que estaríamos perdidos, pois não poderíamos mais enxergar as brechas, as aberturas, os possíveis, os lampejos, os “apesar de tudo”, os vagalumes (DIDI-HUBERMAN, 2011). Nesse sentido, a psicanálise nos ajuda a retomar o valor dos fragmentos, das lacunas e dos resquícios como objetos preciosos capazes de reconstruir sentidos e nos conduzir a novas possibilidades de ação no mundo (FREUD, 1937).

Freud (1917, p. 379) afirma, com relação ao sentido do sintoma, que dois aspectos são observáveis: “[...] sua procedência e sua destinação ou motivação, ou seja, as impressões e vivências que o acarretaram e o propósito a que serve.”. Tomando a violência social contra a população negra como um sintoma, cabe a questão: a que e/ou quem serve o genocídio do negro e das populações marginalizadas? Suas raízes – procedência, profundamente arraigadas, parecem advir do período – jamais elaborado e devidamente corrigido – da escravidão, porém sua

insistência e sua manutenção parecem falar de um retorno do recalca-do brasileiro e de lógicas e políticas perversas que se beneficiam dessa exclusão sistemática, do apagamento de povos e diferenças. Diante desse cenário, é possível então observar um clamor por governos autoritários: mais ordem, mais leis para lidar com a angústia perante a indeterminação, estratégia essa bastante neurótica e que acaba por conduzir ao pior. Afinal, como já bem alertava Freud (1913, p. 134), “Não há nada mais caro na vida do que a doença – e a estupidez.”

Bell Hooks (2017) e Grada Kilomba (2019) também se referem ao apagamento sistemático de intelectuais negros e seus saberes no ambiente acadêmico. A população negra seria reconhecida nesse universo, na maior parte do tempo, como representante do sensível, do natural, do corpóreo – em oposição ao intelectual racional, que entraria com os saberes devidamente estabelecidos, neutros e legítimos. No Brasil, vemos a ampliação de ações afirmativas que privilegiam a entrada de grupos minoritários no meio universitário, mas tais ações nem sempre se preocupam com a permanência desses grupos na academia, e uma série de violências é cometida também nesse espaço. Só na Universidade de São Paulo (USP), ao longo de dois meses de 2021 foram registrados três suicídios de estudantes, o mais recente ocorrido no dia 25 de maio. O estudante de geografia Ricardo Lima da Silva cometeu suicídio dentro dos perímetros da universidade: “Informações e testemunhos apontam que Ricardo teria sido vítima de ‘bullying racial’, isto é, agressões raciais perpetradas por alguns alunos e mesmo professores [...] e havia pedido ajuda à instituição, sem obter qualquer resposta.” (VICENTE, 2021, *on-line*).

É na corporeidade, nesse corpo-alvo, que se atinge o negro, corporeidade essa encarada como perigosa, agressiva, selvagem, sem limites. Assim, o negro representaria o perigo biológico (FANON, 2008). Para além das estratégias de extermínio, embranquecimento e apagamento cultural e intelectual, as mulheres negras também são extremamente suscetíveis à violência sexual. Em 2020, durante a pandemia, estima-

se que a cada oito minutos uma mulher tenha sido estuprada no Brasil, sendo a maioria das vítimas negra. Os casos de violência doméstica também aumentaram. Uma agressão física foi registrada no Brasil a cada dois minutos. Mulheres negras protagonizaram 66,6% dos casos de feminicídio; 56,2% das vítimas tinham entre 20 e 39 anos e em 89,9% dos casos foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros (AGUIAR, 2021, *on-line*).

5 CONCLUSÃO

*“Pobre do povo que, sem estrutura,
acaba crendo na loucura
de ter que ser outro
para ser alguém”*

(Emicida)

A partir desses tensionamentos iniciais, entende-se que não se deveria insistir em simplesmente mimetizar valores e repetir discursos coloniais, apagando nossa própria história a fim de atingir esses objetivos. Como afirma Maria Rita Kehl (2018) em seu livro *Bovarismo brasileiro*, o Brasil sempre teve o desejo de ser outro, sem, porém, empreender esforços para tanto, ou seja, sem renunciar aos confortos que julgava possuir por direito. Queria se modernizar, mas não queria abolir a escravidão; do mesmo modo, não pretende trabalhar para a redução da desigualdade de classes e assim por diante. Como permitir-se ser afetado pelo encontro com as diferenças e como sustentar e se apropriar de um traço singular? Como dizia Fanon (2008, p. 189, grifo nosso), “Devo me lembrar, a todo instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir a *invenção* na existência. No mundo em que me encaminho, eu me recrio continuamente.”. Lembrar, então, de desenvolver uma nova invenção, um novo ato de autoria que possibilite a emergência de novas formas de ser e estar no mundo, formas que não sejam tão tomadas por uma repetição cega.

Freud (1921) já sustentava a indissociabilidade entre psicologia individual e psicologia social ao considerar que todo sujeito é alterado por sua entrada na cultura. “[...] é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo.” (FANON, 2008, p. 95). Dessa forma, e pensando também com Agamben (2009, p. 64), “[...] contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, [...] é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém do seu tempo.”. Talvez, para avançar no trabalho dos traumas histórico-políticos e de suas repetições a nível individual, seja preciso pensar em formas de deslocar a dor da cena literal e engessada rumo a uma cadeia associativa que traga à luz a história do sofrimento — este que possui estrutura de narrativa — e que dê algum contorno e lugar para que o sujeito, por meio da palavra ou mesmo de um ato estético, possa melhor se situar tanto em uma história própria quanto na história de determinada comunidade.

A nível coletivo, que possamos não nos contentar com as memórias oficiais e, muitas vezes, encobridoras; que sigamos interpelando e fazendo ver para além das superfícies; que possamos dispor, cada vez mais, de inversões estéticas, como os *curtas-memórias*, que denunciam nossa limitação e nossa insistência sintomática em nos apegar a memórias curtas, rasas e repetitivas. É preciso lembrar e sustentar, por meio do exemplo dos vagalumes, que os nossos modos de imaginar também são ferramentas políticas. “A imaginação é política, eis o que precisa ser levado em consideração.” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 61). Afinal, só na escuridão é possível avistar os vagalumes.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

AGUIAR, J. A cada 8 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. **Jornalistas Livres**, [s. l.], 7 mar. 2021. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-cada-8-minutos-uma-mulher-e-estuprada-no-brasil/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ARÁN, M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. **Saúde Pública**, [s. l.], v. 41, n. 5, p. 849-857, 2007.

BRAUER, J. F. O Outro em Lacan: consequências clínicas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, p. 309-333, 1994.

COSTA, A. Memória e testemunho. In: INSTITUTO APPOA. **Por que uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018. p. 145-154.

DIAS, P. E.; ADORNO, L. Negros são 8 a cada 10 mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório. **UOL**, São Paulo, 18 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/18/oito-a-cada-10-mortos-pela-policia-no-brasil-sao-negros-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vagalumes**. Minas Gerais: UFMG, 2011.

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. O sonho como ficção e o despertar do pesadelo. In: BERARDT, C. **Sonhos no Terceiro Reich**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. p. 8-27.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: EDUFBA, 2008.

FREUD, S. (1913). Sobre o início do tratamento. In: FREUD, S. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. São Paulo: Autêntica, 2017. p. 121-150. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, S. (1917). A fixação no trauma, o inconsciente. In: FREUD, S. **Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)**. Tradução Sérgio

Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 364-380. (Obras completas, 13).

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **História de uma neurose infantil (“o homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 161-239. (Obras completas, 14).

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. *In*: FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 13-113. (Obras completas, 15).

FREUD, S. (1937). Construções na análise. *In*: FREUD, S. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 365-381. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 6).

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s. l.], p. 223-244, 1984.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KEHL, M. R. **Bovarismo brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, J. (1959-1960). **O seminário**: livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. (1972-1973). **O seminário**: livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, A. História oral e poder. **Mnemosine**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, M. D. **Psicanálise, política e cultura**: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, L. O som do silêncio: sobre interditos e não ditos nos arquivos quando o tema é escravidão ou escorre para o racismo. **Cadernos AEL: IFCH Unicamp**, São Paulo, v. 17, n. 29, p. 71-96, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

VICENTE, J. Por que sonho de diploma na USP resultou no suicídio de um jovem negro? **Veja**, São Paulo, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/jose-vicente/por-que-sonho-de-diploma-na-usp-resultou-no-suicidio-de-um-jovem-negro/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Short-memory: social violence, repetition and trauma aesthetics

ABSTRACT

This article aims to consider the existing relations between social violence, trauma and repetition taking into consideration cultural fragments, as it is the case of works that testify memories from contexts of violence. Aesthetic constructions seem to be powerful instruments of resistance when articulated to an ethical and political paradigm that aims to shed light and broaden the discussion around everyday violence. In this article, more specifically, violence against the black population will be addressed in order to interrogate the place of psychoanalysis when suffering is caused, mainly, by socio-political aspects.

Keywords: Psychoanalysis and aesthetics. Collective memory. Trauma and repetition. Racism.

Recebido em 11/07/2021

Aceito em 05/10/2021